CTRENS – Companhia de Manutenção

CNPJ/MF nº 11.656.505/0001-25

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. São Paulo, 27 de janeiro de 2012. ***A Diretoria***

Balanços Patrimoniais em 31/12/2011 e de 2010 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explic.	2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	68.499	19.876
Contas a receber de clientes	4	98.260	4.366
Contas a receber – partes relacionadas	9	42	1.552
Estoques	5	258.972	175.193
Impostos a recuperar	6	2.411	2.069
Despesas antecipadas		1.970	81
Total do Ativo Circulante		430.154	203.137
Não Circulante			
Contas a receber de clientes	4	492.774	–
Impostos a recuperar	6	76.194	–
IRPJ e contribuições sociais diferidos	12	2.093	1.353
Imobilizado	7	39	434
Intangível		5	6
Total do Ativo Não Circulante		571.105	1.793
Total do Ativo		1.001.259	204.930

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explic.	2011	2010
Circulante			
Fornecedores		25.221	2.019
Fornecedores – partes relacionadas	9	80.137	13.162
Empréstimos – partes relacionadas	9	1.631	100.603
Obrigações tributárias	8	1.045	1.286
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		729	233
Financiamento bancário	10	2.952	–
Outras obrigações		978	1.848
Total do Passivo Circulante		112.693	119.151
Não Circulante			
Financiamento bancário	10	577.707	–
Partes relacionadas – empréstimos	9	11.704	–
IRPJ e contribuições sociais diferidos	12	8.068	–
Total do Passivo Não Circulante		597.479	–
Patrimônio Líquido			
Capital social	11	277.500	86.436
Reserva legal		681	–
Lucros (prejuízos) acumulados		12.906	(657)
Total do Patrimônio Líquido		291.087	85.779
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.001.259	204.930

Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período de 18 de fevereiro a 31 de dezembro de 2010 *(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)*

	Nota explic.	2011	2010
Receita Líquida	**15**	**614.563**	**19.225**
Custo dos Prod. Vend. e Serv. Prestados	16	(581.191)	(14.901)
Lucro Bruto		33.372	4.324
Despesas Operacionais			
Gerais e administrativas	16	(3.844)	(966)
Lucro Operac. antes do Result. Financ.		29.528	3.358
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	13	23.659	1.501
Despesas financeiras	13	(30.222)	(2.127)
Variação cambial, líquida	13	(1.367)	(3.727)
Lucro (Prej.)antes do IRPJ e da Contr.Soc.		21.598	(995)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	12	–	(1.015)
Diferidos	12	(7.328)	1.353
Lucro (Prejuízo) do Exercício/Período		14.270	(657)
Lucro (Prejuízo) por Ação – R$		0,0514	(0,0076)
Quant. de Ações no fim do exerc./período		277.500.000	86.436.000

A Companhia não divulgou as demonstrações de outros resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essas demonstrações registrados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2011 e para o período de 18/02 a 31/12/2010.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período de 18 de fevereiro a 31 de dezembro de 2010 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explic.	Capital social Subs-crito	Capital social A inte-gralizar	Res. Legal	Lucros (prej.) acumul.	Total
Saldos 18/02/2010		288.750	(288.750)	–	–	–
Cap. social integralizado	11	–	86.436	–	–	86.436
Prejuízo do período de 18/02 a 31/12/2010		–	–	–	(657)	(657)
Saldos 31/12/2010		288.750	(202.314)	–	(657)	85.779
Capital social integraliz.	11	–	191.064	–	–	191.064
Lucro líq. do exercício		–	–	–	14.270	14.270
Constit. de reserva legal		–	–	681	(681)	–
Desp. c/ aum. de capital		–	–	–	(26)	(26)
Saldos 31/12/2011		288.750	(11.250)	681	12.906	291.087

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período de 18 de fevereiro a 31 de dezembro de 2010 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explic.	2011	2010
Fluxo de Caixa das Ativid. Operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício/período		14.270	(657)
Ajustes p/ reconc. o lucro (prejuízo) do exerc./ período c/ o caixa líq. aplic. nas ativ. operac:			
Depreciação	7	8	8
Amortização		1	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	7.328	(1.353)
Outras provisões		–	3.056
Receita financeira – Contrato de concessão		(22.766)	–
Provisão para não realização de ICMS	6	607	–
Provisões diversas		–	466
Encargos s/ emprést. de partes relacionadas		13.161	–
Encargos sobre financiamento bancário		14.532	–
Diminuição (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes – curto prazo		(93.894)	(4.566)
Contas a receber de clientes – longo prazo		(470.008)	–
Contas a receber – partes relacionadas		1.510	(201)
Estoques		(83.235)	(175.193)
Impostos a recuperar – curto prazo		(342)	(2.069)
Impostos a recuperar – longo prazo		(76.801)	–
Despesas antecipadas		(1.889)	(81)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		23.202	1.930
Fornecedores – partes relacionadas		66.975	13.162
Obrigações tributárias		1.105	1.743
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.346)	(457)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		496	–
Outras obrigações		(870)	264
Caixa líq. aplicado nas atividades operacionais		(607.956)	(163.948)
Fluxo de Caixa das Ativ. de Investimento			
Aquisições de imobilizado	7	(157)	(359)
Caixa líquido aplicado nas ativ. de investimento		(157)	(359)
Fluxo de Caixa das Ativ. de Financiamento			
Captação de emprést. de partes relacionadas	9	103.523	97.747
Amortiz. de emprést. de partes relac. – principal	9	(190.000)	–
Captação de financiamento bancário	10	579.295	–
Amortização de financ. bancário – encargos		(27.120)	–
Despesas com aumento de capital		(26)	–
Integralização do capital	11	191.064	86.436
Caixa líquido gerado pelas ativ. de financiamento		656.736	184.183
Aumento no Saldo de Caixa e Equiv. de Caixa		48.623	19.876
Caixa e equiv. de caixa no início do exerc./período		19.876	–
Caixa e equiv. de caixa no fim do exerc./período		68.499	19.876
Aumento no Saldo de Caixa e Equiv. de Caixa		48.623	19.876

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional – A CTRENS – Companhia de Manutenção ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e propósito específico, constituída em 18/02/2010, com o objetivo exclusivo de explorar a concessão administrativa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral, bem como de modernização da frota da Linha 8 – Diamante da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM. De acordo com o Contrato de Concessão Administrativa, o objeto social da Companhia não poderá, sob nenhuma hipótese, ser alterado, e qualquer alteração societária, fusão, cisão ou incorporação também deverá ser submetida à aprovação da CPTM. A Companhia é investida das empresas Inversiones en Concesiones Ferroviarias S.A., Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles S.A. ("CAF Espanha") e CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. ("CAF Brasil"), conforme detalhes descritos na nota explicativa nº 11. **Contrato de Concessão Administrativa:** Em 19/03/2010, a Companhia e a CPTM celebraram o Contrato de Concessão Administrativa, com prazo de 20 anos, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de revisão geral e modernização da frota da Linha 8 – Diamante da CPTM, conforme detalhes a seguir: • Manutenção preventiva e corretiva e revisão geral da frota da Linha 8 – Diamante da CPTM, totalizando 288 carros ferroviários, com fornecimento de materiais, insumos e equipamentos, consistindo em três etapas, conforme a seguir: • A primeira etapa compreenderá a manutenção preventiva e corretiva de 204 carros ferroviários que compõem a frota operante, no estado em que se encontram. Essa fase encerrar-se-á em julho de 2012. • A segunda etapa também compreenderá, além da manutenção preventiva e corretiva prevista no item anterior, a manutenção preventiva e corretiva da frota operante já modernizada, até o final do prazo da concessão, que é de 20 anos a partir da assinatura do contrato. • A terceira etapa compreenderá a manutenção preventiva e corretiva de toda a frota operante modernizada (288 carros ferroviários), totalmente renovada, até o fim do prazo da concessão, que é de 20 anos a partir da assinatura do contrato. A contraprestação da manutenção preventiva e corretiva e revisão geral é remunerada mensalmente e de acordo com a quantidade de trens disponibilizados, tipo do serviço efetuado e coeficiente de mensuração de desempenho avaliado pela CPTM, cujos preços e condições comerciais foram acordados entre as partes no contrato e serão reajustados anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – IPC-FIPE. • Modernização, que consiste na renovação (fornecimento de trens novos) total da frota dedicada à Linha 8 – Diamante, em duas etapas, como segue: – Na primeira etapa, com fornecimento de 12 trens novos de 8 carros, totalizando 96 carros a serem entregues a partir do 13º mês da ordem de início de serviço, inclusive, sendo disponibilizado pela Companhia um trem a cada mês até o 24º mês. – Na segunda etapa, com fornecimento de 24 trens novos de 8 carros, totalizando 192 carros, que deverão ser entregues entre o 22º mês até o 26º mês, contados da data do recebimento, pela Companhia, da ordem de início dos serviços. A contraprestação da renovação da frota será remunerada mensalmente, a partir do 13º mês da concessão, por ocasião do recebimento do primeiro trem novo até o final do prazo da concessão, nos termos constantes do Contrato de Concessão Administrativa. Os preços e as condições comerciais foram acordados entre as partes no contrato e serão reajustados anualmente com base na variação do IPC-FIPE. De acordo com o Contrato de Concessão Administrativa, o pagamento das contraprestações mensais citadas é objeto de garantias prestadas pela CPTM. Entre outras obrigações contratuais, a Companhia deve apresentar um capital inicial subscrito de, no mínimo, R$288.750, devendo ser integralizados R$30.000 antes da assinatura do contrato, 12 parcelas de R$18.750 do 7º ao 18º mês, 4 parcelas de R$7.500 do 19º ao 22º mês e no 23º mês 1 parcela de R$3.750. Em 31/12/2011, a Companhia estava adimplente com essa obrigação contratual. A Companhia não poderá reduzir seu capital social abaixo do valor mínimo antes especificado sem autorização da CPTM. A partir do 3º ano até o fim da concessão administrativa, o patrimônio líquido da Companhia deverá corresponder ao maior valor entre: (a) 10% do ativo permanente; e (b) valor mínimo de R$30.000, atualizado pelo IPC-FIPE. A garantia prestada pela Companhia, no valor de R$100.713, sob forma de fiança bancária, tendo como beneficiária a CPTM, destina-se ao ressarcimento de custos e despesas incorridas por esta, em face do eventual inadimplemento da Companhia. Todos os bens vinculados à concessão administrativa, exceto bens de capital, adquiridos, produzidos e implantados pela Companhia para execução da prestação de serviços objeto do contrato, serão revertidos à CPTM, sem nenhuma contraprestação adicional. **Contratos entre partes relacionadas:** A Companhia contratou serviços de partes relacionadas no Brasil e no exterior para auxiliá-la na execução do Contrato de Concessão Administrativa anteriormente citado, cujos detalhes estão descritos a seguir: **a)** Assessoria na aquisição de bens de origem nacional – consiste principalmente na assessoria, à Companhia, prestada pela CAF Brasil na aquisição de peças e componentes necessários à fabricação de 36 trens, conforme mencionado anteriormente, e no fornecimento de estoque inicial de peças de reposição para os trens e ferramentas para a oficina de manutenção, todos de origem nacional, no período compreendido entre agosto de 2010 e junho de 2012, nos preços não mais onerosos que aqueles especificados no Anexo I do Contrato de Concessão Administrativa. Os honorários de assessoria são fixos e determinados no contrato. **b)** Industrialização por encomenda – compreende a industrialização e a montagem de 36 trens pela CAF Brasil, para os quais a Companhia remeterá à CAF Brasil todas as peças e partes necessárias à produção dos trens completos, bem como a respectiva documentação de engenharia. A industrialização dos 36 trens é prevista para ocorrer entre junho de 2011 e julho de 2012. Os honorários da prestação de serviços são fixos e determinados no contrato. A CAF Brasil assume todas as responsabilidades quanto ao funcionamento dos trens e eventuais vícios ocultos e/ou defeitos de montagem eventualmente detectados. **c)** Prestação de serviços de assessoria técnica de manutenção de trens – tem como objetivo principal a assessoria da CAF Brasil à Companhia, em relação ao contrato de manutenção preventiva e corretiva e revisão geral da frota da Linha 8 – Diamante comentado anteriormente. Os serviços prestados pela CAF Brasil à Companhia abrangem assessoria técnica ("know-how"), supervisão da mão de obra contratada pela Companhia, assessoria na gestão de compras e utilização de materiais adquiridos pela Companhia empregados nos serviços prestados à CPTM, de tal forma que a Companhia obtenha o equilíbrio financeiro conforme definido nesse contrato. A remuneração por essa assessoria ocorre mensalmente de acordo com a quantidade de trens disponibilizados pela CPTM à Companhia, para prestação de serviços cujos preços e condições comerciais foram acordados entre as partes no contrato e serão reajustados mensalmente com base na variação do IPC-FIPE. A CAF Brasil assume as responsabilidades quanto aos serviços prestados pela Companhia à CPTM, desde que estejam sob sua gerência e assessoria. **d)** Prestação de serviços de engenharia – consiste na prestação de serviços de engenharia que compreende a elaboração da documentação de engenharia necessária à produção dos 36 trens; a entrega dessa documentação deverá ocorrer no período compreendido entre agosto de 2010 e setembro de 2011. Os honorários da prestação de serviços são fixos e definidos em contrato; no entanto, podem ser reajustados para o efetivo cumprimento das regras de preço de transferência. **e)** Fornecimento de bens – fornecimento, pela CAF Espanha, das peças necessárias à produção de 36 trens e peças de reposição, assim como ferramentas e equipamentos de oficina de manutenção, todos componentes estrangeiros, cujos preços e prazos estão estabelecidos no Anexo I do Contrato de Concessão Administrativa. Os honorários da prestação de serviços são fixos e definidos em contrato; no entanto, podem ser reajustados para o efetivo cumprimento das regras de preço de transferência. A entrega desses bens está prevista para ocorrer mensalmente no período compreendido entre agosto de 2010 e junho de 2012. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa e o cálculo da margem interna de retorno do modelo econômico relativo ao Contrato de Concessão Administrativa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados: **a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita:** A operação de concessão administrativa é registrada segundo a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual estabelece o tratamento contábil para esse tipo de operação. Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos. A Companhia reconhece e mensura as receitas provenientes da prestação de serviços de modernização de trens em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção e as receitas provenientes da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e revisão geral de trens em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 30 – Receita. A receita de prestação de serviços é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre estas. **b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **c) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional da Companhia (reais), utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica "Variação cambial, líquida". **d) Instrumentos financeiros:** ***Classificação:*** Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. ***Ativos financeiros:*** (1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Para a Companhia, quando aplicável, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", na demonstração do resultado. Em 31/12/2011 e de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. (2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31/12/2011 e de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. (3) Ativos financeiros disponíveis para venda: Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31/12/2011 e de 2010, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. (4) Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de encerramento das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31/12/2011 e de 2010, compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3), as contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4) e os saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 9). ***Passivos financeiros:*** Representados por contas a pagar a fornecedores, financiamento bancário (nota explicativa nº 10) e saldos a pagar a partes relacionadas (nota explicativa nº 9), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. ***Método da taxa de juros efetiva:*** Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo, nos casos aplicáveis, todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. ***Mensuração:*** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. ***Compensação de instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos e da variação cambial auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **f) Contas a receber de clientes e estimativa para créditos de liquidação duvidosa:** São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes dos serviços prestados, das vendas de produtos e do ajuste de reconhecimento da receita pela execução do contrato de construção dos trens conforme o pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A avaliação do risco de realização dos créditos e a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa são feitas com base em análise individual dos valores a receber. **g) Estoques:** São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. **h) Contrato de concessão:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e propósito específico, constituída exclusivamente para a exploração da concessão administrativa celebrada com a CPTM, a qual é registrada com base na interpretação técnica ICPC 01. Adicionalmente, a Companhia reconhece e mensura as receitas provenientes da prestação de serviços de modernização de trens em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 17, enquanto as receitas provenientes da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e revisão geral de trens são reconhecidas e mensuradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 30. A contraprestação a ser recebida pela Companhia para os serviços de modernização de trens e de manutenção preventiva e corretiva e revisão geral da frota é um recebível reconhecido como um ativo financeiro. O ativo financeiro é mensurado ao valor justo de serviços de modernização e manutenção preventiva e corretiva e revisão geral da frota da Linha 8 – Diamante no reconhecimento inicial. Sobre o recebível referente aos serviços de modernização da frota dedicada à Linha 8 – Diamante da CPTM, que será recebido ao longo do prazo do Contrato de Concessão Administrativa, os juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva são reconhecidos mensalmente no resultado como receita financeira. O prazo de liquidação do recebível referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva e revisão geral de trens é de curto prazo e, consequentemente, não há reconhecimento de juros no resultado. **i) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 7. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado. **j) Passivos circulante e não circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, sendo essas variações registradas na demonstração do resultado. **k) Provisões:** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. **l) Obrigações por contratos onerosos:** Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. **m) Tributação – imposto de renda e contribuição social:** ***Impostos correntes:*** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício/período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes, sendo o imposto de renda e a contribuição social calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. ***Impostos diferidos:*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e, nos casos aplicáveis, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às alíquotas aplicáveis ao período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. ***Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:*** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício/ período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 12.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2011	2010
Conta-corrente em moeda estrangeira	43.006	18.166
Caixa e contas-correntes no País	4.842	1.710
Aplicações financeiras	20.651	–
Total	68.499	19.876

Em 31/12/2011, a Companhia possuía depósitos denominados em euros – € em contas bancárias no exterior, os quais estavam atualizados pela taxa de câmbio vigente naquela data e disponíveis para saque. O valor convertido em reais desses depósitos no exterior era equivalente a €17.675 mil (€8.159 mil em 31 de dezembro 2010). As aplicações financeiras em 31/12/2011 referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDBs, com liquidez imediata e rentabilidade de acordo com as praticadas pelo mercado, remunerados de acordo com a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. **4. Contas a Receber de Clientes**

	2011	2010
Contas a receber – CPTM	4.669	4.366
Trabalhos em andamento – CPC 17 (*)	586.365	–
Total	591.034	4.366
Circulante	98.260	4.366
Não circulante	492.774	–

(*) Em 31/12/2011, refere-se às contas a receber geradas pelos trabalhos realizados na fabricação dos trens novos, reconhecidos de acordo com o pronunciamento técnico CPC 17. Desse saldo, R$22.766 referem-se ao ativo financeiro mensurado ao valor justo de serviços de modernização, manutenção preventiva e corretiva e revisão geral da frota da Linha 8 – Diamante no reconhecimento inicial, conforme o Contrato de Concessão Administrativa, e registrado conforme a interpretação técnica ICPC 10 – Concessões.

5. Estoques

	2011	2010
Importações em andamento	23.739	18.476
Estoque em processo	121.353	–
Material para manutenção e fabricação	69.191	1.616
Adiantamento a fornecedores (*)	44.689	155.101
Total	258.972	175.193

(*) Em 31/12/2011, do total dos adiantamentos efetuados, R$32.778 referem-se a adiantamentos efetuados à CAF Espanha (R$112.463 em 31/12/2010) e R$12.733 adiantados à CAF Brasil (R$25.218 em 31/12/2010) (vide nota explicativa nº 9). Desse total, cerca de R$13.113 referem-se a materiais em andamento com o propósito de execução dos contratos mencionados na nota explicativa nº 1.

6. Impostos A Recuperar

	2011	2010
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	607	390
Contrib. p/ o Financ. da Seguridade Social – COFINS	46.932	730
Programa de Integração Social – PIS	10.188	158
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	19.085	240
Antecip. de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	1.193	–
Antecip. de Contrib. Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	1.017	210
Imp. de Renda Retido na Fonte – IRRF s/aplic. financ.	190	341
Provisão para não realização de créditos de ICMS (*)	(607)	–
Total	78.605	2.069
Circulante	2.411	2.069
Não circulante	76.194	–

(*) A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados e a provisão para perdas necessária de acordo com as projeções de utilização desses créditos.

7. Imobilizado

	Taxa média anual de deprec. – %	2011 Custo	2011 Deprec. acumul.	2011 Valor residual	2010 Valor residual
Máquinas e equipam.	10	2	–	2	81
Ferramentas	10	–	–	–	18
Móveis e utensílios	10	24	(3)	21	21
Instalações	20	–	–	–	2
Equipam. de informática	5	21	(5)	16	21
Benf. em imóv. de terceiros	–	–	–	–	291
Total		47	(8)	39	434

A movimentação do ativo imobilizado para o exercício findo em 31/12/2011 e o período de dez meses findo em 31/12/2010 é como segue:

	2011	2010
Saldo no início do exercício/período	434	–
Adições:		
Instalações	–	2
Máquinas e equipamentos	4	84
Ferramentas	12	18
Equipamentos de informática	9	21
Móveis e utensílios	17	22
Benfeitorias em imóveis de terceiros	115	295
Total	157	442
Reclassificação para estoques (*)	(544)	–
Depreciação	(8)	(8)
Saldo no fim do exercício/período	39	434

(*) Em 2011, a Companhia reclassificou parte de seus bens do imobilizado para o estoques em processo, por considerá-los como custo de sua operação. Ao final da fabricação dos trens o montante será considerado como ativo financeiro, registrado sob a rubrica "Contas a receber de clientes", uma vez que, após o término da vigência do Contrato de Concessão Administrativa, o imobilizado será propriedade da CPTM. Em 31/12/2011, a Companhia não possuía bens imobilizados dados como penhora nem arrolados em defesa de processos judiciais, tampouco bens paralisados, despesas com aluguéis ou quaisquer outras despesas com arrendamento mercantil operacional e despesas referentes a juros capitalizados.

8. Obrigações Tributárias

	2011	2010
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	173	139
Contrib. p/ o Financiam. da Seguridade Social – COFINS	211	248
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	47	28
Programa de Integração Social – PIS	45	54
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	–	533
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	5	108
Imposto Sobre Serviços – ISS	386	140
IRRF sobre aplicações financeiras	178	–
Outros	–	36
Total	1.045	1.286

9. Transações com Partes Relacionadas

	Ativo 2011	Ativo 2010	Passivo 2011	Passivo 2010	Transações 2011	Transações 2010
CAF Espanha:						
Contas a pagar (a)	–	–	31.446	12.315	–	–
Contas a receber	42	–	–	–	–	–
Devolução de compras	–	–	–	–	42	–
Adiantamentos (a)	32.778	112.463	–	–	–	–
Compras (a)	–	–	–	–	359.414	17.622
Serv. de engenharia (a)	–	–	–	–	34.366	–
CAF Brasil:						
Adiantamentos (a)	12.733	25.218	–	–	–	–
Contas a receber (a)	–	1.351	–	–	–	–
Contas a pagar (a)	–	–	48.691	847	–	–
Assessoria (a)	–	–	–	–	2.691	6.014
Industrializ. p/ encom. (a)	–	–	–	–	137.585	–
Inversiones en Concesiones Ferroviarias S.A.:						
Contas a receber	–	201	–	–	–	–
Empréstimos (b)	–	–	11.270	97.747	–	–
Juros e enc. s/emprést. (b)	–	–	434	2.856	11.530	2.856
Serv. assessor. técnico	–	–	–	–	4.848	–
Comissão s/emprést.	–	–	1.631	–	1.631	1.140
Total	45.553	139.233	93.472	113.765	552.107	27.632
Contas a receber	42	1.552				
Adiantamentos	45.511	137.681				
Contas a pagar			80.137	13.162		
Emprést. – curto prazo			1.631	100.603		
Emprést. – longo prazo			11.704	–		

(a) Os saldos e as transações com a CAF Espanha e a CAF Brasil estão relacionados principalmente aos contratos celebrados no contexto do objeto das operações descritas na nota explicativa nº 1.(b) Em 14/10/2010, a Companhia captou um empréstimo da Inversiones en Concesiones Ferroviarias S.A. no valor total de R$97.747, com incidência de juros de 13% ao ano e vencimento em 31/12/2011. O contrato possui aditivo o qual estabelece que o valor do principal a ser captado, pode chegar a R$190.000. Durante o exercício de 2011, foram feitas mais captações no total de R$92.253 possuindo essas novas captações as mesmas condições da captação anterior.

Em 26/08/2011 a Companhia liquidou integralmente o valor referente ao principal dos empréstimos no montante total de R$190.000. Adicionalmente em em 21/09/2011, a Companhia captou um empréstimo da Inversiones em Concesiones Ferroviarias S.A. no valor total de R$11.270, com incidência de juros da taxa Selic e vencimento do principal a partir de 20/12/2026 e dos juros a partir/01/2013. **10. Financiamento Bancário** – A Companhia firmou contrato junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R$946.890, para financiamento do projeto de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e revisão geral e modernização da frota da Linha 8 – Diamante. O principal será pago mensalmente, a partir de 15/01/2013, em 160 prestações. Até 31 de dezembro 2011, a Companhia havia captado o montante de R$579.295, deduzido de taxa de captação paga ao Banco. O empréstimo está sujeito a juros calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e pagos mensalmente. Em 31/12/2011, os juros pendentes de pagamento totalizavam R$2.952. A Companhia apresentou ao BNDES garantias, tais como penhor de ações, cessão fiduciária de todos os direitos creditórios e garantias emitidas pela controladora CAF Espanha. As garantias serão devolvidas assim que os trens novos forem entregues à CPTM. O contrato esta sujeito a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe a manutenção do limite de cobertura da dívida líquida através da geração de caixa/ relação da dívida bancária não seja superior a 1,2. Em 31/12/2011 a Companhia está adimplente com todas as cláusulas desse contrato de financiamento. As parcelas do passivo não circulante têm os seguintes vencimentos anuais:

	2011
2013	38.464
2014	41.455
2015	44.908
2016	48.364
Entre 2017 e 2024	404.516
Total	577.707

11. Patrimônio Líquido – **a) Capital social:** O capital social autorizado e subscrito, conforme Assembleia Geral realizada em 15/03/2010 é de 288.750.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$1,00, distribuídas da seguinte forma:

Inversiones en Concesiones Ferroviarias S.A. (98%)	282.975.000
Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles S.A. (1%)	2.887.500
CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. (1%)	2.887.500
Total	288.750.000

Em 31/12/2011 estão integralizados R$277.500 (R$86.436 em 31/12/2010). O restante será integralizado ao longo do ano 2012. As Cias. brasileiras devem registrar no Banco Central do Brasil – BACEN os investimentos estrangeiros e os respectivos lucros capitalizados, para permitir a remessa de dividendos ou repatriação do capital. O capital estrangeiro em 31/12/2011 está registrado no BACEN (EUR119.431), e a remessa de dividendos, a repatriação e os reinvestimentos externos estão sujeitos à regularização do BACEN. **b) Constituição de reservas e destinação do resultado:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O estatuto social da Companhia prevê a forma de distribuição dos lucros apurados no fim de cada exercício, os quais, quando distribuídos, são debitados diretamente à rubrica "Lucros acumulados". Referente ao resultado de 31/12/2011 não haverá discutibuição de dividendos devido a cláusula de restrição definida no contrato firmado com o BNDES. **12. Imposto de Renda e Contribuição Social** – **a) Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativo e passivo e o respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2011	2010
Ativo não circulante:		
Provisões	–	3.056
Provisão para não realização de ICMS	607	–
Variações cambiais líquidas não realizadas	621	924
Prej. fiscal e base de cálculo negativa da contrib. social	4.927	–
Total	6.155	3.980
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contrib. social diferidos à taxa nominal	2.093	1.353

	2011	2010
Passivo não circulante:		
Ajuste financeiro – contrato de concessão	22.766	–
Outros	965	–
Total	23.731	–
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contrib. soc. diferidos à taxa nominal	8.068	–

A Administração estima que os referidos créditos fiscais oriundos de diferenças temporárias sejam realizados no exercício de 2012.

b) Correntes e diferidos: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado é demonstrada como segue:

	2011	2010
Lucro (prej.) antes do IRPJ e da contribuição social	21.598	(995)
Alíquota combinada de imposto de renda e contrib. social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal	(7.343)	338
Diferenças permanentes líquidas	15	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(7.328)	338
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	–	(1.015)
Diferidos	(7.328)	1.353

13. Resultado Financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras:		
Ajuste financeiro – Contrato concessão – ICPC-10	22.766	–
Rendimentos de aplicações financeiras	893	1.501
Total	23.659	1.501
Despesas financeiras:		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos "swaps"	–	(2.801)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	(11.530)	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.667)	–
Variação cambial passiva, líquida	(1.367)	(926)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(1.638)	(1.643)
Despesa com comissões bancárias	(1.266)	(484)
Outras	(1.121)	–
Total	(31.589)	(5.854)
Resultado financeiro	(7.930)	(4.353)

14. Instrumentos Financeiros – **Considerações gerais e políticas:** *Políticas para derivativos:* A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos com partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, a qual é monitorada pela Tesouraria Corporativa do Grupo CAF, na Espanha. *Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos:* Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras decorrentes de empréstimos com partes relacionadas e da importação de insumos produtivos, a Administração, seguindo diretrizes da Tesouraria Corporativa, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos. ***Fatores de risco financeiro:*** **a) Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Atualmente, a Companhia mantém transações comerciais com empresas e órgãos governamentais e também com partes relacionadas conforme detalhado na nota explicativa nº 9. A Administração não tem identificado risco significativo de crédito dos seus clientes e não registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31/12/2011 e de 2010. Adicionalmente, a Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. **b) Risco de taxa de câmbio:** O risco associado decorre principalmente de compromissos de compras em moeda estrangeira com partes relacionadas e caixa mantido em moeda estrangeira. O resultado da Companhia está sujeito a variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, principalmente nas transações de compras e empréstimos com sua controladora e caixa em moeda estrangeira, que são basicamente denominadas em euro. Em 31/12/2011, a exposição cambial, preponderantemente indexada ao euro, é demonstrada conforme o quadro a seguir:

Posições ativas-	
Conta-corrente em moeda estrangeira	43.006
Posições passivas-	
Contas a pagar a partes relacionadas	(31.446)
Total de exposição cambial líquida	11.560

A Companhia não contratou instrumento financeiro em 31/12/2011 para proteção de sua exposição cambial. ***Análise de sensibilidade:*** Considerando as exposições cambiais descritas no quadro anterior, em 31/12/2011, a análise de sensibilidade seria como segue:

Risco da Companhia	Cenário possível	Cenário remoto
Queda do euro	8.670	5.780

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o euro, considerando-se a taxa de câmbio em 31/12/2011 de R$2,42/€1,00, (R$1,82/€1,00), e o cenário remoto, uma desvalorização de 50% (R$1,21/€1,00). A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2011. **c) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Cias. do setor, a Companhia monitora o capital com base na evolução do seu lucro líquido e do retorno sobre o investimento ("Return on Investment – ROI"). Esses índices correspondem a:

Lucro líquido do exercício findo em 31/12/2011	14.270
Capital social	277.500
Retorno sobre o investimento	0,051

15. Receita Líquida

	2011	2010
Receita bruta de serviços prestados	621.245	22.441
Impostos incidentes sobre o faturamento	(6.682)	(3.216)
Total	614.563	19.225

16. Despesa por Natureza

	2011	2010
Depreciação	(8)	(8)
Despesa com serviços de manutenção contratados	(21.701)	(8.468)
Despesa com serviço de industrialização de trens	(171.000)	–
Salários e benefícios aos empregados	(8.389)	(1.772)
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(376.447)	(1.039)
Seguros	(707)	(315)
Outras	(6,783)	(4.265)
Total	(585.035)	(15.867)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(581.191)	(14.901)
Despesas gerais e administrativas	(3.844)	(966)
Total	(585.035)	(15.867)

17. Cobertura de Seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **18. Autorização para emissão das Demonstrações Financeiras** – As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pela Diretoria em reunião ocorrida em 27/01/2012.

Diretoria

Paulo Rubens Fontenele Albuquerque – Diretor Presidente

Agenor Marinho Contente Filho – Diretor Geral

Alessandre Edo Toso – Gerente Geral

Xabier Esnal Garcia – Gerente Econômico

Contadora

Renata Cristina Teixeira – *Contadora* – CRC 1SP 195024/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

À Administração da
CTRENS – Companhia de Manutenção
São Paulo - SP.

Examinamos as demonstrações financeiras da CTRENS – Companhia de Manutenção ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CTRENS – Companhia de Manutenção em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 1 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia realiza transações significativas de compras de produtos e serviços, bem como contrata empréstimos de partes relacionadas. As citadas notas explicativas contêm informações sobre essas transações e seus efeitos no resultado das operações e sobre seus ativos e passivos correspondentes. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras citadas no primeiro parágrafo devem levar em consideração essas circunstâncias.

São Paulo, 27 de janeiro de 2012

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8
André Rafael de Oliveira
Contador – CRC 1SP 220.308/O-1